

NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE 2022

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETORA-GERAL

Flavia Santos Twardowski Pinto

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Eder Jose Morari

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Ana Paula Silva da Luz

Responsável pela Conformidade Contábil

Marinez Mauer

Responsável Substituto pela Conformidade Contábil

Maicon Goulart Morales

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

I- DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18, em atendimento à Portaria nº 04 MEC/SE/SPO, de 20 de novembro de 2019, consta a Declaração com Ressalva do Contador do Campus 158327 – IFRS / Campus Osório, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UG)	Código da UG
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS OSÓRIO	158327
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 1º Trimestre de 2022, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros. Até o primeiro trimestre de 2022, o campus Osório não realizou a reavaliação de ativos conforme determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção Siafi 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, e de acordo com o solicitado no Acórdão 5.603/2017 – TCU – 2ª Câmara. Providências relatadas: Não há providências relatadas de forma institucional, a nível de órgão. Não foram apontados prazos e nem apresentado cronograma de ações de providências. O apontamento de falta de avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros é recorrente no campus, considerado um problema institucional e constante na Declaração Anual do Contador durante o exercício de 2021 e anteriores.</p> <p>Restrição 640 – Saldo contábil bens Móveis não confere com RMB No mês de março ocorreu uma transferência de bens móveis para o Campus Rolante, ocasionando a saída no siafi, no entanto, o Campus Rolante não realizou o recebimento no sipac, sistema interno do IFRS, ocasionando então essa divergência no mês de março.</p> <p>Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado. Até março de 2022, o campus Osório registrou evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado. Providências relatadas: <i>Até a data de 17 de janeiro de 2020 (Ofício nº 06/2020/PROAD/IFRS), a Pró-reitoria de Administração informa que não identificou e não saneou a inconsistência no sistema de registro patrimonial SIPAC.</i> Foi definido prazo de dezembro/2020 para solução. Não foi apresentado cronograma de ação do prazo relatado. A evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado é recorrente no campus, considerado um problema institucional e constante na Declaração Anual do Contador dos Exercícios de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 1º trimestre de 2022. Esse problema é oriundo de uma inconsistência do sistema utilizado pela Instituição para controlar os bens e calcular a depreciação.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	

Local	Osório	Data	26/04/2022
Contador Resp.	Marinez Mauer	CRC n°	082674/O-4

I - Demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL			
1º Trimestre		R\$ mil	
ATIVO	30/03/2022	30/03/2021	
Ativo Circulante	133.066,43	161.131,23	
Caixa Equivalente de Caixa	7.284,85	17.404,35	
Adiamentos Concedidos	1.000,00	-	
Estoques	124.781,58	143.726,88	
VPDs Pagas Antecipadamente			
Ativo Não Circulante	8.752.980,71	8.664.449,43	
Imobilizado	8.735.486,84	8.646.955,56	
Bens Móveis	3.566.266,75	3.436.064,26	
Bens Imóveis	7.780.255,52	7.764.656,91	
(-) Depreciação Acumulada	2.611.035,43	2.553.765,61	
Intngível	17.493,87	17.493,87	
Total do Ativo	8.886.047,14	8.825.580,66	

BALANÇO PATRIMONIAL			
1º Trimestre		R\$ mil	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/03/2022	31/03/2021	
Passivo Circulante	101.988,78	38.472,80	
Fornecedores e Contas a Pagar	74.467,28	9.522,30	
Demais Obrigações a Curto Prazo	27.521,50	28.950,50	
Passivo Não Circulante	-	-	

Total do Passivo	101.988,78	38.472,80
Resultados Acumulados	8.784.058,36	8.787.107,86
Resultado do Exercício	-3.049,50	169.273,18
Resultado de Exercício Anteriores	8.787.107,86	8.617.834,68
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Total do Patrimônio Líquido	8.784.058,36	8.787.107,86

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução 2022 em relação a 2021. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo campus, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
1º Trimestre	R\$ mil	
Variações Patrimoniais Aumentativas	30/03/2022	31/03/2021
Exploração e Venda de Bens e Serviços		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	80,00	3,00
Transferências e Delegações Recebidas	413.488,51	308.626,23
Valorização e Ganho com Ativos e Desincop. De Passivos	17.441,70	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	106,18	421,60
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	413.674,69	309.050,83
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
1º Trimestre	R\$ mil	
Variações Patrimoniais	30/03/2022	30/03/2021

Diminutivas		
Pessoal e Encargo	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	375.092,01	284.120,61
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4,11	-
Transferências e Delegações Concedidas	7.574,07	421,60
Desvalorização e Perdas de Ativos	-	1,97
Outras Variações patrimoniais Diminutivas	34.054,00	109.546,04
Incentivos	34.054,00	109.546,04
Diversas VPDs	-	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	416.724,19	394.090,22

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1º Trimestre		R\$ mil			
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Despesas Empenhadas	Despesas a Liquidar	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Total
Despesas Correntes	330.232,19	216.400,53	113.831,66	98.100,77	
Outras Despesas Correntes	330.232,19	216.400,53	113.831,66	98.100,77	
Despesas de Capital	-	-	-	-	
Total de Despesas Orçamentárias	330.232,19	216.400,53	113.831,66	98.100,77	
Fonte: Siafi: 2022 e 2021					

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DOS RESTOS A PAGAR

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
1º Trimestre					
R\$ mil					
	Inscritos ex. anteriores	Reinscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
Restos a Pagar Não processados	31.420,79	553.348,96	-	281.723,24	303.046,51
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	31.668,60	-	-	27.422,30	4.246,30
TOTAL	63.089,39	553.348,96		309.145,54	307.292,81
Fonte: Siafi: 2022 e 2021					

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO		
1º Trimestre		
R\$ mil		
INGRESSOS	2022	2021
Receitas Orçamentárias		
Ordinárias		
Vinculadas		
(-) Deduções das receitas Orçamentárias		
Transferências financeiras Recebidas	396.046,81	308.626,23
Recebimento Extraorçamentário	233.317,60	62.666,92
Inscrição de Restos a Pagar processado	15.730,89	48.411,02
Inscrição de Restos a Pagar Não processados	216.400,53	12.605,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	257,72
Outros recebimentos Extraorçamentário	1.186,18	1.392,88
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.000,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	186,18	424,60
Saldo do exercício Anterior	17.404,35	19.402,18
Caixa e Equivalente de Caixa	17.404,35	19.402,18
TOTAL DOS INGRESSOS	646.768,76	390.695,33
DISPÊNDIOS	2022	2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	330.232,19	162.246,84
Ordinárias	330.232,19	162.246,84
Vinculadas	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	106,18	421,60
Despesas Extraorçamentárias	309.145,54	123.345,16
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	27.422,30	52.626,51
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	281.723,24	70.460,93
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	-	257,72
Saldo para o Exercício Seguinte	7.284,85	104.681,73
Saldo e Equivalente de Caixa	7.284,85	104.681,73
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	646.768,76	390.695,33
Fonte: Siafi 2022 e 2021		

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais 1º Trimestre		
	2022	2021
Ingressos	396.232,99	309.308,55
Outras Transferências recebidas		
Outros Ingressos Operacionais	396.232,99	309.308,55
Ingressos Extraorçamentários	-	257,72
Transferências Financeiras Recebidas	396.046,81	308.626,23
Arrecadação de Outra Unidade	186,18	424,60

Desembolsos	-299.216,80	-21.227,43
Pessoal e Demais Encargos	-99.110,62	-220.548,11
Educação	-300.110,62	-21.516,39
Ordens Bancárias Sacadas	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	97.016,19	88.081,12

1- Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Osório, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

I - No tocante aos seguintes aspectos da informação contábil:

(a) Integralidade;

Há reclassificação de bens pendentes devido a verba de pesquisa para pesquisadores que doarão os bens após a prestação de contas do projeto.

(b) Exatidão, valorização e alocação;

A depreciação não está adequada devido a falha do sistema que gerencia o patrimônio. Não houve reavaliação dos Bens móveis e imóveis.

(c) Corte: transações e eventos foram registrados no período contábil certo;

II – No tocante aos seguintes procedimentos contábeis:

(a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas;

A Ug Não possui dívida ativa.

(b) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura);

A reavaliação dos bens móveis e imóveis não foi realizada.

(c) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.);

A Unidade Gestora não realiza pagamentos para empregados.

(d) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável;

Os investimentos permanentes não sofreram reavaliação.

(e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência;

A Unidade não realiza provisões.

(f) Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável;

Os softwares da UG são de vida útil indefinida, não sofrem amortização. Mas não sofreram reavaliação.

(g) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável;

A depreciação dos bens de infraestrutura é realizada pelo órgão. Não sofreu reavaliação.

(h) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques;

Os estoques não sofreram reavaliação.

(i) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP);

A unidade Gestora não possui patrimônio cultural.

III – No tocante aos seguintes grupos de contas:

1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Até a data de encerramento do trimestre, os saldos em caixa e equivalentes de caixa, exceto recursos liberados pelo Tesouro, não foram conciliados com extrato ou documento de controle que viabilizasse a conformidade das contas. Documentos não foram apresentados. O respectivo saldo escriturado em 30/03/2022 é de R\$ 7.284,85.

1.2 Material em almoxarifado

Não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado.

Também não há registro de laudo de inventário que ateste, com razoável segurança, as informações do controle gerencial de materiais em almoxarifado.

1.3 Bens móveis

Não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado.

Também não há registro de laudo de inventário que ateste, com razoável segurança, as informações do controle gerencial de bens móveis.

Até a data de encerramento de exercício, não foram corrigidos problemas de cálculo do relatório de depreciação e amortização acumulada, de modo que os registros desses títulos não refletem, com confiabilidade, a depreciação acumulada de bens móveis e amortização acumulada de bens intangíveis.

1.4 Atos potenciais

Até a data de encerramento do trimestre, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 30/03/2022, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somam R\$ 973.840,69

O total dos Atos Potenciais em 30/03/2022 somaram o montante de R\$ 973.840,69.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis da unidade 158327 – campus Osório, do órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP);

II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

III. Balanço Orçamentário (BO);

IV. Balanço Financeiro (BF);

V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;

VI. Notas Explicativas.

2-Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a. Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

d. Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

e. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos

concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

h. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

i. Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

j. Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii)

fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

k. Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

k. 1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

k. 2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

k. 3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3–Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houveram, ao longo do 1º trimestre de 2022, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS.

III- Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Em 30/03/2022, o item mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo tesouro”, com 97,28 do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 30 de março de 2021:

Caixa e Equivalente de Caixa				
	março/2022	Março/2021	AH(%)	AV(%)
Bancos Conta Movimento – Demais Contas	2.839,20	2.389,20	-	2,29
Recursos Liberados pelo Tesouro	4.445,65	101.842,53	-95,63	97,28
TOTAL	7.284,85	104.681,73	-93,00	
Fonte: siafi 2022 e 2021				

Nota 2 – Adiantamentos Concedidos

São adiantamentos concedidos a título de suprimento de fundos, aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que consiste na entrega de numerário a servidor para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesas, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos e valores limites definidos em Lei.

Nota 3 – Estoques

Os estoques no primeiro trimestre de 2022 somaram R\$ 124.781,58 ocasionando uma pequena queda de em torno de 13% se comparado com o mesmo mês do exercício passado. No entanto, pode se atribuir essa queda em virtude da Pandemia que se instaurou desde 2020 e se estendeu até 2021, gerando menos saídas de materiais de expediente e também uma redução nas aquisições para serem estocadas. Os estoques são representados pelos materiais em almoxarifado, que compreendem diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais em elaboração.

Nota 4 – Imobilizado

Bens Móveis

Os Bens Móveis totalizaram, pelo custo de aquisição, R\$ 3.566.266,75 milhões e estão distribuídos em categorias, conforme detalhado por conta contábil na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R\$ 1.313.031,03 (36,82 do total). No primeiro trimestre se comparado com o mesmo período do exercício anterior, não houve um aumento significativo dos bens móveis, ficou em torno de 6,92%. Esse baixo aumento de bens patrimoniais pode se atribuir a falta de recursos de investimento que o Campus vêm recebendo nos últimos anos.

Bens Móveis	1º Trim. 2022	1º Trim.2021	R\$	
Bens Móveis	Custo	Custo	AH(%)	AV(%)
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E	378.076,93	327.495,15	15,44	10,6
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	73.931,67	73.931,67	-	
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	17.670,44	13.107,74	34,8	
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO	141.270,64	132.470,64	6,64	3,96
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	1.889,24	1.889,24	-	
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	1.260,00	1.260,00	-	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIA	26.031,15	26.031,15	-	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	39.240,40	39.240,40	-	

MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	2.467,95	2.467,95	-	
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS	41.214,05	5.534,97	644,61	
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	33.101,39	31.561,39	4,88	
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUN	1.313.031,03	1.079.925,32	21,58	36,82
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	234.831,28	161.643,20	45,28	6,58
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORI	5.419,30	5.419,30	-	
MOBILIARIO EM GERAL	760.071,74	710.874,89	31,31	6,92
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	432.233,68	430.681,78	0,36	12,12
DISCOTECAS E FILMOTECAS	995,00	995,00	-	
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	46.979,41	44.013,81	6,73	
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E	280.922,48	277.872,14	1,09	7,88
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	72.000,00	72.000,00	-	
BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	-	482,22	-	
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	41.705,90	41.705,90	-	
Depreciação/Amortização acumulada	(2.379.481,10)	(2.153.919,01)	10,47	62,74
TOTAL	3.566.266,75	3.153.108,71	13,1	
TOTAL LíQUIDO	1.186.785,65	999.189,97	18,78	
Fonte: Siafi, 2022 e 2021				

Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Depreciação de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

No ano de 2018 os valores mensais da depreciação mensal a partir de 02/2018 de todas as contas no Relatório de Bens Móveis – RMB, aparece com os valores duplicados. Foram abertos chamados no setor de TI da Reitoria para resolver estas diferenças e enviados e-mails aos setores responsáveis, porém até o encerramento desse trimestre, continuam pendentes. Em decorrência destas diferenças os saldos contábeis em

30/03/2022 das contas de depreciação dos bens móveis não reflete adequadamente a real situação patrimonial líquida do Campus. Estima-se um erro aproximado de 3% (equivalente à uma depreciação mensal).

Em 30/03/2022, a depreciação acumulada dos bens móveis totalizou R\$ 2.379.481,10 equivalente a 62,74% do custo de aquisição total dos bens móveis.

Em 30/03/2022 verifica-se um aumento no saldo líquido de bens móveis no âmbito do IFRS Campus Osório de R\$ 187.595,68, representando uma variação em torno de 18,78% em relação a 30/03/2022, decorrentes dos lançamentos de depreciação e aquisição de alguns móveis/equipamentos.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do campus Osório totalizaram em 30/03/2022 R\$ 7.780.255,52 (sem considerar a depreciação do período), estes se dividem em Bens de uso Educacional Registrados no SPIUNET, e obras em andamento, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Bens IMóveis					
	Março/2022	Março/2021	Var.	AH(%)	AV(%)
De Uso educacional Registrados no SPIUNET	7.747.727,64	7.726.908,54	-	0,26	99,58
De uso Educacional Não registrados no SPIUNET		-			
Obras em Andamento	32.527,88	20.819,10			0,42
TOTAL	7.780.255,52	7.747.727,64	32.527,88	0,42	
Depreciação Acumulada	(231.554,33)	(216.548,04)		2,98	
TOTAL LÍQUIDO	7.548.701,19	7.531.179,60	17.521,59	0,23	
Fonte: siafi, 2021 e 2020					

O imóvel de uso educacional registrado no SPIUNET corresponde a maior parte do valor registrado na sede do campus Osório. Uma pequena parte, cerca de 0,42% do total de imóveis está registrado na conta de obras em andamento, que se refere a um saldo da adequação do PPCI do IFRS Campus Osório.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso educacional registrados no spiunet correspondem a 99,58% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRS Campus Osório, perfazendo o montante aproximado de R\$ 7.780.255,52 em 30/03/2022.

Houve um incremento no valor total registrado na conta de Bens de Uso Educacional Registrados no SPIUNET devido a melhorias e adequações das instalações do prédio no valor de R\$ 32.527,88.

A depreciação dos bens imóveis é apurada pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, de gestão da Secretaria de Patrimônio da União – SPU, que registra, anualmente, os valores a título de depreciação dos bens imóveis. O valor atualmente registrado nessa rubrica é de R\$ 231.554,33 correspondente à 2,98% do custo de aquisição dos bens imóveis.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; Se houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Até o encerramento do primeiro trimestre do exercício de 2022, os bens imóveis não foram reavaliados.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

O Campus Osório não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável em 30/03/2022.

Nota 5 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sendo amortizados.

O ativo intangível do campus Osório é composto por softwares de vida útil indefinida e totaliza R\$ 17.493,87, estando distribuídos nas contas contábeis a seguir:

Bens Intangíveis			
Softwares	março/2022	março/2021	AV(%)
ISOSO0001	3.859,20	3.859,20	22,06
ISOSO0002	4.046,67	4.046,67	23,13
ISOSO0003	8.990,00	8.990,00	51,39
ISREI0011	598,00	598,00	-
TOTAL	17.493,87	17.493,87	100
Siafi:2022 e 2021			

Entre os softwares, aproximadamente R\$ 9 mil (51,39%) referem-se à Stand Alone Advanced – QC, software de estatística educacional (ISOSO0003); R\$ 4 mil (23,13%) referem-se à Adobe CS 5.5 Master Collection (ISOSO0002) e; R\$ 4 mil (22,06%) referem-se à NVIVO 10 Full Versão Acadêmica (ISOSO0001), e R\$ 598 (3,42%) referem-se a software de Licença Vitalícia Edição Vídeo IFRS.

No último exercício não houve incremento nos investimentos de intangível.

Nota 6 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 30/03/2022 o IFRS Campus Osório apresentou um saldo de R\$ 101.988,78 em obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes. A tabela a seguir apresenta o detalhamento das obrigações assumidas pelo IFRS Campus Osório em 30/03/2022:

Obrigações a Curto e longo Prazo

	30/03/2022	30/03/2021	AH(%)	AV (%)
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto \prazo	74.467,28	9.522,30	682	73
Demais Obrigações a Curto Prazo	27.521,50	28.950,50		
TOTAL	101.988,78	38.472,80	265	
Demais Obrigações a Longo Prazo	-			
TOTAL	101.988,78	38.472,80		

Fonte: Siafi, 2022 e 2021

Em comparação ao período anterior, o IFRS Campus Osório registrou um aumento de 682% em comparação ao exercício anterior, esse aumento pode ser justificado pelo aumento dos serviços e aquisições de mercadorias e bens para manutenção de suas atividades fins, com o retorno presencial das atividades letivas.

A maior parte das obrigações se referem a conta Fornecedores e Contas a Pagar a curto prazo que representam 73% do total e todas obrigações que se referem a curto prazo.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do primeiro trimestre o IFRS Campus Osório possuía apenas cinco fornecedores em aberto para ser realizado o pagamento. Com essa colocação pode-se entender que o campus está recebendo verbas de recursos financeiros com maior frequência oportunizando os fornecedores de receberem em dia os seus pagamentos. Desta forma, o Campus está conseguindo atender os seus compromissos com uma maior regularidade.

Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedores	30/03/2022	AV(%)
CENTRAL DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	32.444,00	43,57
ESCRIBLU COMERCIO DE MOVEIS EIRELI	28.691,60	38,53
BONIBOM COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	13.029,87	17,50
OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	301,81	0,40
TOTAL	74.467,28	

Em relação aos fornecedores a serem pago, apresentamos:

(a) CENTRAL DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS LTDA: aquisição de merenda escolar para os estudantes conforme processo 23367.000413/2021-73. Nota fiscal 7782, empenho 2021NE000029.

(b) ESCRIBLU COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, aquisição de mobiliário para o Campus Osório, PREGÃO 58/2021, PROC. 23367.000380/2021-61, notas fiscais 2210 e 2273 referente ao empenho 2021NE000081 e nota fiscal número 2214 referente ao empenho 2021NE000090.

(c) BONIBOM COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, aquisição de merenda escolar para os estudantes do Campus Osório conforme nota fiscal 523 Pregão 25/2021, PROC. 23367.000417/2021-51.

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

A maior variação, em espécie, da conta Demais Obrigações a Curto Prazo, se refere a incentivos a educação, cultura e outros, representando 72,44% do grupo, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo			
	30/03/2022	AH(%)	AV(%)
DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS	2.839,20	-	
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO, CULTURA E OUTROS	19.936,00		72,44
GLOSA DE ENCARGOS TRABALHISTAS	3.746,30		
AUXILIOS FINANCEIROS A PESQUISADOR	-		
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.000,00		
ISS	-		
DIARIAS A PAGAR	-		
TOTAL	27.521,50		

(b.1) Depósitos não judiciais

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações e devolução de pagamento por motivo de domicílio bancário inexistente, a regularizar pelo fornecedor.

(b.2.) Incentivos a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

(b.3) Saque – Cartão de Pagamento do Governo Federal

Registra os valores referentes as despesas com suprimento de fundos, pendentes de saque com uso do cartão de pagamento do governo federal.

Obrigações Contratuais

Em 30/03/2022, o IFRS Campus Osório possui um saldo de R\$ **973.840,69** (novecentos e setenta e três mil oitocentos e quarenta reais com sessenta e nove centavos) relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução do primeiro trimestre de 2022 a serem executadas e do(s) próximos(s) trimestre(s). Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Obrigações Contratuais – Composição R\$

	30/03/2022	30/03/2021	Av (%)
Aluguéis	0,00	3.562,24	
Fornecimento de Bens	0,00	0,00	
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	
Seguros	0,00	6.065,52	
Serviços	973.840,69	463.383,09	100
Demais	0,00	0,00	
Total	973.840,69	473.010,85	

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam os 100% do total das obrigações assumidas pelo IFRS – *Campus Osório* até o primeiro trimestre de exercício de 2022.

O aumento significativo em relação ao período anterior refere-se a contratações de serviços para manutenção das atividades letivas do campus Osório que retornou as suas atividades letivas presenciais após um período crítico de pandemia, quando então as atividades eram realizadas remotamente e conseqüentemente reduzindo alguns serviços, Com o retorno das aulas presenciais e o retorno dos servidores presencialmente, os serviços de limpeza, copeiragem, foram integralizados e o consumo de água, luz, telefone entre outros conseqüentemente também aumentou.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 04 (quatro) contratos mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/03/2022.

Obrigações Contratuais de Serviço em Execução – Por Contrato R\$

	30/03/2022AV (%)	
Contrato A_ MURANO CONSTRUCOES LTDA	140.696,40	16,87
Contratado B - Portalsul - Vigilância	131.628,42	15,78
Contrato C- EMS TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	92.585,00	11,1
Contrato D- CVM LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	87.946,00	10,54
Contrato E - PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	87.098,64	
Contrato E - DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS EIRELI	79.397,12	
BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	70.149,07	
Demais	144.436,27	
Total	833.936,92	

Fonte: SIAFI, 2022.

Em relação aos contratados A, B, C e D eles representam mais de 50% do total dos contratos em execução, em torno de 54% do total das obrigações assumidas. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Murano Construções LTDA do Contrato de Serviço de manutenção predial, CONTRATO 14/2021.
- (b) Portalsul - Contratação de empresa especializada para vigilância do campus, oriundo do contrato 71/2018, pregão 49/218.
- (c) EMS TRANSPORTES E TURISMO EIRELI - contrato do serviço de transporte rodoviário para o campus osorio do contrato 74/2019 .
- (d) CVM LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA. Contrato 18/2021 serviços de limpeza em geral.
- (e) PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA – serviço de intérprete de Libras, contrato 62/2019.
- (f) DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS EIRELI – serviço impressão, contrato 59/2020.
- (g) BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA serviços continuados de gerenciamento de almoxarifado virtual. Serviços de OUTSOURCING IMPRESSÃO, Contrato 61/2020.

Nota 7 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 30/03/2022 foi de R\$ **-3.049,50** mil e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas				
	30/03/2022	30/03/2021	AH(%)	AV(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	413.674,69	309.050,83		
Variações Patrimoniais Diminutivas	416.724,19	394.090,22		
Resultado Patrimonial do Período	-3.049,50	-85.039,39	-96,41	
Fonte: Siafi 2022 e 2021				

Observa-se, que o resultado Patrimonial do 1º trimestre foi de R\$ **-3.049,50** mil, e se comparado com o mesmo período do exercício anterior, houve uma redução em torno de 96,41% Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Até o final do primeiro trimestre de 2022 não houve a exploração de vendas de bens e serviços.
- II. Houve um aumento no uso de bens, serviços e consumo resultando em um montante de R\$375.092,01, em torno de 32% se comparado com o exercício de 2021.
- III. As transferências e delegações recebidas somaram um montante de R\$ 413.488,51, resultando em um acréscimo em torno de 34% se comparado com o mesmo período do exercício anterior.

As outras variações patrimoniais Diminutivas tiveram uma redução em torno de 69%, se comparados com o exercício anterior.

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Demonstração das Variações Patrimoniais					
	30/03/2022	30/03/2021	Var.	AH(%)	AV(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	413.674,69	309.050,83			
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVIC	-	-			
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVA FINANCEIRA	80,00	3,00			
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBI	413.488,51	308.626,23		33,98	
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E	-	-			
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUME	106,18	421,60		-74,81	
Variações Patrimoniais Diminutivas	416.724,19	394.090,22			
PESSOAL E ENCARGOS	-	-			
USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE C	375.092,01	284.120,61	90.917,40	32	
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA FINANCEIRA	4,11	-			
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCED	7.574,07	421,60			
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	-	1,97			
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMI	34.054,00	109.546,04		-68,91	
TOTAL	-3.049,50	-85.039,39	-81.989,89	-96,41	

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos que o resultado foi maior na conta Transferências e delegações recebidas em um percentual em torno de 34 %, em contrapartida a conta Outras Variações Patrimoniais aumentativas teve uma redução, em torno de 75%.

O aumento na conta uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, ficou numa variação de R\$ 90.917,40, representando um percentual em torno 32% se comparado com o mesmo exercício de 2021.

Isto posto, conclui-se, que houve uma redução no total das Variações Patrimoniais Diminutivas, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, totalizando uma variação de R\$ -81.989,89 representando -96,41% se comparado com 2021.

(a) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

A diminuição na VPD de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo e outras VPDs são demonstradas a seguir.

Variações Patrimoniais Diminutivas - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo					
	30/03/2022	30/03/2021	Var.	AH(%)	AV(%)
USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	131.646,45	5.459,94	126.186,51	2.311	
SERVICOS	186.175,74	210.029,68	-23.853,94	-11,36	49,63
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTA MÓVEIS	57.269,82	58.630,99			
TOTAL	375.092,01	84.120,61			

Destaca-se uma queda em torno de 11% na contratação dos serviços, equivalente a R\$23.853,94, em relação ao mesmo período no exercício anterior. Esses Serviços, tem a maior representatividade no grupo, na ordem de 50%, refletindo uma diminuição nos gastos, reflexo ainda do estado de calamidade pública por conta da pandemia do coronavírus, como medida protetiva, ocorreu inicialmente a suspensão das atividades letivas em todo o IFRS, fazendo com que muitas atividades fossem feitas remotamente e o ensino também se deu de forma online. Perante este cenário, alguns serviços foram diminuindo o seu consumo resultando na diminuição de postos de serviço contratados, bem como as despesas como água, luz e telefone também tiveram seu impacto. Essa situação durou até o final do exercício de 2021, ou seja, agora em 2022 as atividades e serviços estão sendo restabelecidos.

No entanto, a conta de materiais de consumo teve um crescimento de 2.311%, se comparado com o mesmo exercício de 2021, esse elevado percentual de crescimento pode se atribuir ao retorno das atividades presenciais no Campus, onde antes durante a pandemia não havia aula presencial e não havia o fornecimento de lanches para os estudantes. Dessa forma não havia consumo de alimentos e nem a necessidade materiais para ministrar as atividades letivas. Todas as atividades estavam sendo realizadas remotamente.

As principais variações no gasto com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD SERVIÇOS					
	30/03/2022	30/03/2021	VAR.	AH(%)	AV(%)
DIARIAS	-	-			
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	88.846,29	130.215,07		-31,77	47,72
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERAC	52.893,56	46.044,34		14,87	28,41
SERV.TRANSP.,PASSAGE M,LOCOMOCAO E	-	-			
SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PJ	-	34,05			
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,G AS	42.982,90	33.736,22		27,41	
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL O	1.452,99	-			
SEGUROS EM GERAL	-	-			
SERV.COMUNICAC.,GRA FICOS E AUDIOVI	-	-			
TOTAL	186.175,74	210.029,68			

O subgrupo Serviços Técnicos Profissionais, é o mais representativo dentro da conta com 47,72% do total no primeiro trimestre de 2022. Em relação ao mesmo trimestre de 2021 representa um queda em torno de 32% em relação ao exercício anterior.

O segundo subgrupo dentro desta conta, Serviços de apoio adm. técnico e operacional conta com 28,41%, e representando um crescimento em torno de 28% se comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior.

O subgrupo de diárias não está tendo representatividade no primeiro trimestre, assim como não possuía no primeiro trimestre do exercício anterior. Pode se atribuir a esse fato, o momento que estamos vivendo, onde foi instaurado um ensino remoto e conseqüentemente as atividades, reuniões, compromissos dos servidores também se estendeu a esse formato.

O serviço de Transporte, passagens e locomoção de servidores e estudantes continua zerado no primeiro trimestre de 2022, esse fato se deve a suspensão do ano letivo presencial o que ocasionou o cancelamento de viagens técnicas de estudantes, bem como não houve transporte para servidores em função de reuniões e capacitações.

O subgrupo de serviços de água, esgoto, energia elétrica teve um aumento aproximadamente de 27% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Essa crescente de gastos pode ser atribuída ao retorno das atividades presenciais tanto pelos estudantes como pelos servidores, após a suspensão das atividades no início da pandemia em 2020 afetando o atendimento presencial das atividades letivas dos estudantes e o trabalho remoto dos servidores.

(b) Outras VPD's

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram uma redução nos gastos do campus Osório, na ordem de 68,91%, e estão diretamente relacionados à bolsa de estudos no país e auxílio para desenvolvimento de estudos. Até o primeiro trimestre de 2022, o total de gasto nesta rubrica foi de R\$ 34.054,00 mil.

Nota 8 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964, além do percentual de realização das receitas previstas e percentual de empenho da dotação atualizada.

No IFRS, a setorial orçamentária consolida a previsão e realização de receitas, assim como a dotação inicial e atualizada das suas unidades, de modo que o Balanço Orçamentário do campus Osório, de forma isolada, é insuficiente para demonstrar o resultado orçamentário da unidade.

Até o presente momento, não foram apresentados relatórios de suporte da gestão orçamentária que demonstrem, com fidedignidade, o resultado orçamentário trimestral do campus Osório.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Diante disso, é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise somou o montante de R\$330.232,19 enquanto que no mesmo período de 2021, tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R\$162.246,84. O empenho de despesas correntes corresponde a toda despesa empenhada no período, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Despesas Empenhadas - Composição				
	30/03/2022	30/03/2021	AH(%)	AV(%)
Despesas Correntes	330.232,19	162.246,84		103,54
Despesas de Capital	-	-		
TOTAL	330.232,19	162.246,84		

Fonte: Siafi: 2022 e 2021

Tivemos um aumento no valor empenhado das despesas correntes em torno de 104%. O que ocorreu foi um aumento no repasse orçamentário em relação ao mesmo período de 2021, conforme representado na tabela Despesas empenhadas. Importante ressaltar, que quase todas as despesas empenhadas se referem a despesas correntes, até o final do primeiro trimestre.

Despesas Orçamentárias				
	DESPESAS EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADADA	DESPESAS PAGAS	SALDO A LIQUIDAR
Despesas Correntes	330.232,19	113.831,66	98.100,77	216.400,53
Outras Despesas Correntes	330.232,19	113.831,66	98.100,77	216.400,53
Despesas de Capital	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
TOTAL	330.232,19	113.831,66	98.100,77	216.400,53

Fonte: Siafi 2022 e 2021

Das despesas orçamentárias empenhadas em 2022, 34,47% estavam liquidadas até o final do primeiro trimestre. Do montante liquidado, (R\$ **113.831,66**) até o final do primeiro trimestre, 86,18% já haviam sido pagos até o final do primeiro trimestre de 2022.

Nota 9 – Restos a Pagar

Conforme evidenciado na Tabela que segue adiante, em torno de 55% dos Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício de 2022 referem-se a Despesas Correntes, Outras despesas correntes, no montante de R\$ **303.521,67**. Esses gastos são referentes a serviços não executados ou material adquirido e não entregue, até o final do primeiro trimestre de 2022. Os RPNP inscritos e RPNP Reinscrição somaram um montante de R\$ 332.479,02 e deste valor 52,51% havia sido pago até o final do 1º trimestre. Não houve cancelamentos até o final do 1º trimestre de 2022.

As despesas de Capital classificadas como investimentos representam em torno de 45% do montante inscrito e reinscrito e em torno de 54% por cento foi liquidado até o final do primeiro trimestre, sendo que deste montante, em torno de 79% está pago.

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados 1º Trimestre 2022

Grupo de Despesa	RPNP Inscritos	RPNP Reinsc	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP Pagos	Saldo a pagar
3 Despesas Correntes	303.521,67	28.957,35	-	220.103,34	174.587,55	157.891,47
3 Outras despesas Correntes	303.521,67	28.957,35		220.103,34	174.587,55	157.891,47
4 Despesas de Capital	249.827,29	2.463,44	-	135.827,29	107.135,69	145.155,04
4 Investimentos	249.827,29	2.463,44	-	135.827,29	107.135,69	145.155,04
TOTAL	553.348,96	31.420,79		355.930,63	281.723,24	303.046,51

Fonte: Siafi 2022 e 2021

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e Não processados Liquidados 1º Trimestre 2022

Grupo de Despesa	RPP. Inscritos	RPP Reinsc.	RPP. Cancelados	RPP. Pagos
3 Despesas Correntes	31.668,60	-	-	27.422,30
3 Outras despesas Correntes	31.668,60	-	-	27.422,30
4 Despesas de Capital				
4 Investimentos				
TOTAL	31.668,60			27.422,30

